

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE URUAÇU**

JAQUELINE RIBEIRO ARAUJO

**FAMÍLIA E ESCOLA: ESPAÇO DA CIDADANIA E APRENDIZAGEM DAS
CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

**URUAÇU
2013**

JAQUELINE RIBEIRO ARAUJO

**FAMÍLIA E ESCOLA: ESPAÇO DA CIDADANIA E APRENDIZAGEM DAS
CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Monografia apresentada à
Universidade Estadual de Goiás,
Unidade Universitária de Uruaçu,
como requisito parcial, para a
obtenção do Título de Licenciado em
Pedagogia, sob a orientação da
professora Sandra Gomes Ramos.

URUAÇU

2013

JAQUELINE RIBEIRO ARAUJO

**FAMÍLIA E ESCOLA: ESPAÇO DA CIDADANIA E APRENDIZAGEM DAS
CRIANÇAS PROVENIENTES DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE
VULNERABILIDADE SOCIAL**

Monografia apresentada à Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Uruaçu, como requisito parcial, para a obtenção do Título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da professora Sandra Gomes Ramos.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovado no dia _____ pela Banca Examinadora:

Sandra Gomes Ramos

Orientadora

Universidade Estadual de Goiás – UnU Uruaçu

Joscelina Borges de Oliveira Santana

Examinadora

Universidade Estadual de Goiás – UnU Uruaçu

Mere Tomé Ferreira Lima

Examinadora

Universidade Estadual de Goiás – UnU Uruaçu

Uruaçu, ____ de novembro de 2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela conclusão deste trabalho, pois sem ele não teria forças para lutar e continuar em meio a tantas dificuldades.

Agradeço a minha família pelo apoio, por que os quatro anos de curso é um período muito difícil e sem ajuda da família não há como prosseguir.

Em especial a minha filha Karolynna, que mesmo tão pequena compreendia a minha ausência em momentos que ela me queria por perto e precisava de colo de mãe.

Também ao meu esposo Ronilto que em meio a tantos autos e baixos, sei que fez o Maximo que podia para poder me ajudar e não deixou que eu desanimasse no meio do caminho.

As minhas amigas de sala em especial: Amanda Fernandes, Juliana Bolina, Maria Carvalho, Lívia José, Jéssica Karla e meu amigo Wallace Pereira. E demais colegas que estiveram presentes na minha vida estes quatro anos.

Agradeço a minha orientadora Sandra Gomes pela orientação que foi de grande importância para a realização deste trabalho.

A professora Gizelda que sempre esteve disposta a ajudar.

Ao professor Elio pela ajuda na formatação e aos demais professores que contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“A sociedade e cada meio social particular determinam o ideal
que a educação realiza”

Émile Durkheim

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
CAPÍTULO I	
FAMÍLIA E ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	08
CAPÍTULO II	
UM BREVE DEBATE ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E PROGRAMAS SOCIAIS	19
CAPÍTULO III	
A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DA SÃO LUIZ DO NORTE- GO	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	39

APRESENTAÇÃO

O trabalho a ser apresentado é uma análise que procura discutir a relação família e escola no processo de aprendizagem das crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social. Nesse estudo, é feita uma discussão entre atribuições da família e da escola e a contribuição dos programas sociais, no caso o bolsa família, para a melhoria da renda familiar e do ensino aprendizagem das crianças.

A escolha do tema ocorreu mediante a fala e observação de alguns docentes sobre o fato de que as crianças que são acompanhadas em suas atividades escolares pela sua família, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade social, têm melhor desempenho escolar no processo ensino aprendizagem. Neste sentido, foi escolhido como foco desse estudo as famílias e crianças provenientes de situação de vulnerabilidade social. E para isso contou-se com um referencial teórico que fundamentou o processo de construção deste trabalho.

O primeiro capítulo discutirá a questão da família como instituição promotora de bem-estar na vida da criança mais especificamente no processo de socialização e aprendizagem, no qual serão analisadas as famílias em situação de vulnerabilidade social e a escola como espaço de cidadania, socialização e transmissão do conhecimento.

O segundo capítulo tratará do tema família como a responsável pela educação da criança, analisando o ponto de vista da lei e abordando as atribuições da família para com a educação das crianças. Também falará da instituição escolar como parte da educação da criança, fazendo-se assim uma análise da lei, que assegura às crianças seus direitos no processo educacional. Este capítulo faz uma análise dos programas sociais que passaram a ter como prioridade as famílias, abordando os programas de transferência de renda no caso o Bolsa Família como um aliado e apoio as famílias no processo educacional das crianças.

O terceiro capítulo discutirá a relação da escola com as famílias em situação de vulnerabilidade social, fazendo assim uma consideração das crianças em situação de vulnerabilidade e seu aprendizado na escola. Será averiguada a contribuição do programa Bolsa Família para permanência e aprendizado das

crianças na escola. Desse modo o trabalho conta com uma pesquisa de cunho qualitativo que foi realizada nas escolas municipais de São Luiz do Norte-GO.

Este trabalho é importante, pois escola e família devem estar juntas no processo de aprendizagem da criança. Sendo que as crianças em situação de vulnerabilidade necessitam de atenção e proteção de seus direitos que devem ser respeitados durante o processo educacional e por toda a vida.

CAPÍTULO I

FAMÍLIA E ESCOLA COMO ESPAÇO DE SOCIALIZAÇÃO E INTERAÇÃO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O primeiro capítulo objetiva discutir a instituição família e escola como espaço de socialização e interação das relações sociais no processo de aprendizagem das crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa questão é complexa e exige conhecimento da realidade que essas famílias estão inseridas e análise das duas instituições citadas que são basilares para o desenvolvimento dos valores morais, éticos, afetivo e cognitivo do ser humano.

Para Berger e Berger (1977, p. 193) a “instituição como um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade”. Isto é, tanto a família e a escola tem funções sociais determinadas pela sociedade. Nesse sentido, o dicionário de sociologia (2001, p. 237) completa a fala de Berger e Berger, afirmando que: “A família é uma das instituições características da sociedade humana”.

Desde a Grécia antiga os filósofos já consideravam a família como algo indispensável a vida humana. Aristóteles em sua obra Política (2003) fala que a família é a base da sociedade. “...Ela existe para satisfazer as necessidades diárias do homem”. (ARISTÓTELES, 2003, p. 35). É na família que o indivíduo aprende os valores morais, religiosos, éticos e como viver em sociedade. Então a família é a socialização primária que educa a criança segundo a estrutura social determinada pela sociedade.

A definição de família é complexa porque envolve várias análises e compreensões diferentes, no que vem a ser esse grupo social. Ferreira (1993) discute essa questão em seu livro Sociologia da Educação e apresenta uma definição de família do autor E. W. Burgess e K. J. Loocke. Para estes:

Família é um grupo de pessoas ligadas por laços de casamento, consanguíneo e de adoção, constituindo um único lar, interagindo e intercomunicando-se uns com os outros através dos seus respectivos papéis sociais de marido, esposa, pai, mãe, filho, irmão e criando uma cultura comum. (BURGESS; LOOKE apud MARTINS, 1949, apud FERREIRA, 1993, p. 59)

Outro conceito interessante encontra-se no livro: O que é Família, onde o autor Prado diz que:

[...] A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção. (PRADO, 1985, p. 7)

A família é o primeiro grupo social que o indivíduo tem contato. Sendo assim, é onde ocorre o processo educativo, desenvolvimento afetivo, possibilitando a interação dos membros no processo de socialização, independente da configuração que vem assumindo ao longo do tempo. Ela, através da sua função social que condiz na função econômica, assistencial, protetiva, educativa e socializadora, contribuem com benefícios aos seus membros e manutenção da sociedade enquanto instituição cooperadora da organização social, favorecendo a harmonia em decorrência da transmissão dos valores éticos, morais e culturais da sociedade.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral de seus filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (FERRARI; KALOUSTIAN, 2010, p. 11 e 12)

Segundo a citação acima, a família além de ser primordial para a sobrevivência e proteção do indivíduo, ela é também o aconchego emocional e afetivo que possibilita a criança ao primeiro amor e o desenvolvimento psicológico, servindo de base para absorção de valores éticos e morais que formam a pessoa humana. Portanto, sendo a família um espaço de suma importância para o desenvolvimento do indivíduo, é nela que acontece a educação ética para a cidadania e a reprodução social dos instrumentos de poder do Estado.

Ao falar de família e de seus conceitos, Teles fala que:

A Família é fonte de pressão, instrumento ou agente da sociedade mais ampla, contribuindo na reprodução, manutenção física de seus membros, atribuição de <<status>> à criança, socialização e controle social. Ela é, pois, um verdadeiro cabo de transmissão, que liga o indivíduo à sociedade, mantendo viva a cultura e transformando um organismo biológico em ser humano. (TELES, 1986, p. 56)

Cabe lembrar que nem todas as famílias oferecem esse espaço estruturado para que suas crianças se desenvolvam. Essas famílias, muitas das vezes são consideradas pelas pessoas como famílias desestruturadas ou irregulares, termo este que, para Neder (2010), se trata de uma forma preconceituosa de se referir aos modelos de famílias existentes nas camadas populares e que é responsável pelo descaso em atendimento médico, escolar e policial, como também, praticamente em boa parte da sociedade, podendo atribuir à criança problemas seriíssimos de valores e traumas.

Situação essa que não desvia o foco da família como instituição protetora e socializadora dos indivíduos, independentemente das formas que as famílias vêm se organizando nos últimos tempos.

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das múltiplas formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais. (CARVALHO, 2010, p. 93)

Nesse sentido, a educação familiar é importante na formação da criança. Uma vez que é na família que o processo de aprendizagem acontece. A questão dos valores éticos e morais, primeiros são ensinados na família. É nesse grupo social que a criança desenvolve a interação com as pessoas que estão em sua volta e inicia o seu despertar para o mundo.

BERGER e LUCKMANN (1996), ao discutir essa questão no seu livro: A Construção Social da Realidade, comenta a importância da socialização primária e secundária como base de apoio e referência aos membros da sociedade.

Somente depois de ter realizado este grau de interiorização é que o indivíduo se torna membro da sociedade. O processo ontogenético pelo qual isto se realiza é a socialização, que pode assim ser definida como ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na

infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sociedade. (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 175)

Nesse sentido a escola é a segunda instituição de suma importância para o processo de aprendizagem da criança, consistindo no segundo grupo social que a criança tem contato. Todavia, a escola é considerada também uma importante instituição social que reflete na interação das relações sociais, onde a troca mútua e a cooperação entre os indivíduos se enriquecem e compartilham experiências, emoções, sentimentos que caracterizam os laços afetivos que une os membros de uma sociedade.

A Escola é uma das três mais importantes instituições sociais que participam do processo de socialização da criança, cuja função é ensinar certos conhecimentos e habilidades, que servirão não só para a preservação como também para uma eficaz modificação da sociedade. (TELES, 1986, p. 77)

Nesse sentido, o autor discute que a escola é tão importante como a família no processo de formação educacional da criança. A socialização realizada por essas duas instituições, no cumprimento de suas funções sociais, desenvolve as habilidades e conhecimentos necessários ao amadurecimento e crescimento da criança enquanto ser social e cidadão. Uma questão interessante na socialização escolar, é que ela possibilita a interação das crianças com outras crianças que não são de seu convívio familiar. Além disso, a escola, por meio de ações educativas transmite conhecimentos necessários à aprendizagem da criança. Para tanto, Durkheim fala que a educação é um instrumento de transmissão de conhecimento e formação, que as gerações adultas exercem sobre as gerações mais novas.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular. (DURKHEIM, 2011, p. 53, grifo do autor).

Além de comentar a questão da educação, Durkheim fala também de sua função socializadora, sobre isso afirma:

A educação consisti numa socialização metódica das novas gerações .Em cada um de nós , já o vimos , pode –se dizer que existem dois seres . Um constituído de todos os estados mentais que não se relacionam senão conosco mesmo e com os acontecimentos de nossa vida pessoal; é o que poderia chamar de SER INDIVIDUAL. O outro é um sistema de idéias, sentimentos e hábitos, que exprime em nós, não a nossa individualidade, mas o grupo ou os grupos diferentes de que fazem parte ; tais são as crenças religiosas , as crenças ou práticas morais , as tradições nacionais ou profissionais , as opiniões coletivas de toda a espécie .Seu conjunto forma o ser social. Constituir esse ser social em cada um de nós – tal é o fim da educação. (DURKHEIM, 1978 apud MEKSENAS, 2000, p. 37)

Isso mostra que tanto a família como a escola tem funções sociais que são determinantes na formação física, intelectual e moral da criança. Sendo assim, ambas não podem trabalhar em particular no processo educativo. É necessária uma interação dessas duas instituições para que o ensino aprendizagem da criança seja harmonioso e satisfatório, compreendendo o conjunto de saberes determinados pela sociedade. Uma vez, que é a criança o centro das atenções e especificidades decorrentes da formação familiar e escolar.

O apoio da família para que a criança tenha um bom aprendizado e se desenvolva na escola, é de suma importância. Os pais ou responsáveis devem se mostrar envolvidos pelo que a criança realiza na escola. De modo que até mesmo estar presente na própria escola não apenas em reuniões e eventos que a escola promove, mas participando durante toda vida escolar da criança. Assim assevera Vicente:

Na idade escolar a participação dos pais na escola e no processo de aprendizagem da criança são importantes para evitar a evasão. O estímulo, a expectativa positiva e o interesse pelo que a criança realiza têm um papel muito significativo. (VICENTE, 2010, p. 56)

É irrefutável o papel que a escola desenvolve na sociedade e na formação das crianças. A escola é destinada a atender todas as classes sociais e todos os tipos de cultura. Uma vez, que na complexidade das diferenças, a criança chega à escola trazendo sua cultura. Assim, a escola é composta por diferentes culturas. Segundo Teles (1986 p. 77) “A cultura de uma escola raramente é homogênea: compõe-se de uma diversidade de subculturas identificáveis, as quais afetam o comportamento e o desempenho do estudante de múltiplas maneiras”. Portanto a escola é um lugar onde se comporta varias culturas ou classes sociais, as ricas e as

pobres, isso constitui no fato que a escola esteja preparada para atender a diversidade cultural e as classes sociais.

A estratificação pode ser definida como sendo um conjunto de posições hierarquizadas segundo aspecto relevante da sociedade. Os principais aspectos que criam uma estratificação social são o poder, a propriedade, a riqueza e o prestígio. Esses elementos criam uma hierarquia entre os indivíduos. (FERREIRA, 1993, p. 137)

Essa hierarquia composta pelo poder, propriedade, riqueza e prestígio, é o que evidencia as diferenças culturais e de renda entre as crianças da escola. E isso é conflituoso, uma vez que a escola é para todos independente da situação econômica, social e cultural oriunda das crianças que freqüentam qualquer estabelecimento de ensino público ou privado. Assim, a escola pública que agrega todas as classes sociais trabalha com crianças que a família possui renda satisfatória e com crianças que sobrevivem dos benefícios sociais dados pelo governo, como por exemplo, o bolsa família.

Leituras, viagens, cinemas, tudo isso vai constituindo uma bagagem cultural que ajuda o aluno da classe média a se sentir à vontade e ter sucesso na escola. Já as crianças mais pobres não trazem consigo esta bagagem cultural e a bagagem que elas trazem não é aceita e nem valorizada pela escola. (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1982, p. 69)

A criança, às vezes, ao tomar consciência que na escola as suas experiências de vida, sua forma de falar, os saberes aprendidos em casa ou comunidade, de nada servem, pois é considerada errada, até mesmo sua capacidade de aprender é questionada. Essas crianças vão se sentindo cada vez mais impossibilitadas de prosseguir nos estudos, e contam ainda com o reforço de alguns professores que ao invés de incentivar e motivar a criança no processo de ensino aprendizagem, apenas reafirmam a incapacidade que elas acham que têm em aprender.

Tudo aquilo que eles sabem de experiência própria e bem vivida não é levado em conta na escola. A professora corrige sua maneira de falar, seus modos, sua maneira de se vestir e, às vezes, diz abertamente que eles são incapazes de aprender e que não adianta perder tempo porque, de qualquer jeito, eles vão ser reprovados. (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1982, p. 17)

Essas crianças são provenientes de famílias da classe popular, onde provavelmente vivem em situação precária e enfrentam problemas relacionados à moradia, pais desempregados, alcoolismo ou até mesmo drogas. Essas crianças são de famílias que se encontram na chamada vulnerabilidade social, como o nome diz são famílias que se encontram vulneráveis a situações de risco e a perda do bem-estar da família.

O conceito de vulnerabilidade procura caracterizar a situação de indivíduos ou grupos sociais expostos a condições de risco potencial de seu bem-estar social, que geralmente está associada à inserção precária no mercado de trabalho e à fragilidade de acesso a possíveis suportes ou oportunidades sociais, o que, por sua vez, dificulta ainda mais sua capacidade de enfrentar e superar sua condição de risco social e o potencial destes riscos deteriorarem ainda mais sua condição de sobrevivência e trazerem consequências importantes para sua vida. (KAZTMAM, 2000 apud CARVALHO e LACERDA, 2010, p. 17)

As crianças oriundas de famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social tendem a ser classificadas como irregulares como já dito por Neder, e conseqüentemente este termo se reflete na escola. Segundo Neder (2010,) a formulação mais simpática dada às classes populares enfatiza a relação pobreza/família irregular. Situação essa que não pode ser responsável pelo fracasso escolar das crianças advindas das famílias que se encontram em vulnerabilidade social pelo fato de estas necessitarem de políticas públicas que atendam as suas necessidades e sua permanência na escola, pois o fator principal de exclusão na escola se deve a diferenças culturais em relação aos próprios valores adotados pela escola como corretos, valores esses que são advindos das classes mais altas da sociedade, sendo assim os valores culturais das crianças de famílias populares são desprezados e tidos como errados.

Certamente, as causas do fracasso escolar, por exemplo, não podem ser explicadas pela “desestruturação” ou “irregularidade” da família, ou pela desnutrição (duas visões calcadas em **causas biológicas**, naturalizadas). O referido fracasso tem que ser identificado na incapacidade da política educacional oficial no país de **enxergar** as diferenças culturais, para então formular estratégias eficazes de educação pública de qualidade. O agente social, no caso o professor, já parte de pressupostos muito arraigados sobre as “deficiências” e “incapacidades” do aluno sob sua responsabilidade. (NEDER, 2010, p. 27, grifo do autor)

Esse modo de caracterizar as famílias em situação de vulnerabilidade social como “desestruturadas” ou “irregulares”, nada mais é que uma forma perversa de preconceito. E atribuir o fracasso escolar ou dizer que a criança não aprende porque sua família não coopera por ser “desestruturada” é reproduzir a fala das elites conservadoras, que quando não joga a culpa da não aprendizagem nos professores, culpam as famílias.

E como o autor discutiu, a questão do fracasso refere-se à ineficiência das políticas educacionais que privilegia apenas uma parcela da sociedade, deixando principalmente a educação das classes menos favorecidas com falta de infraestrutura, precarização do trabalho docente e com os mínimos necessários de material didático pedagógico que possibilita uma boa aula e conseqüentemente uma boa aprendizagem dos alunos.

Para isso é preciso que a política educacional seja voltada para atender a diversidade, onde as diferenças de classes sociais e culturais da criança sejam atendidas dentro das prerrogativas que garantam o respeito e a qualidade do ensino. Este é um direito assegurado no art.58 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que diz: “No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. Rompendo assim com o discurso reprodutivista de que a criança não aprende devida sua situação de vulnerabilidade social, onde sua família é “desestruturada” com problemas com álcool, drogas e violência doméstica. Embora esse problema também contribua com a não aprendizagem das crianças.

Mas, não são somente eles e sim uma gama de fatores que devem ser analisados em conjunto. Pois, firmar em apenas um fator favorece a discriminação e a culpabilidade em uma apenas categoria. A escola tem que oferecer o seu amparo a essas crianças e conseqüentemente a suas famílias. Sobre isso assevera Charlot:

Apóia-se em fatos que em qualquer docente pode observar em sua sala de aula. É verdade que certas crianças não conseguem adquirir certos conhecimentos. É verdade que amiúde elas não têm bases necessárias para apropriar-se deles. É verdade que elas provêm freqüentemente de famílias populares. Não são esses fatos que eu questiono, mas a maneira que eles são teorizados em termos de faltas, deficiências e origem, sem que sejam levantadas a questão do

sentido da escola para as famílias populares e seus filhos, nem da pertinência das práticas da instituição escolar e dos próprios docentes ante essas crianças. (CHARLOT, 2000, p. 28)

As crianças que provêm de famílias pobres são vistas por uma parcela dos profissionais que trabalham na escola, com deficiência sociocultural. Usa-se este termo para justificar o motivo pelos quais determinadas crianças não aprendem (Charlot, 2000). Esse discurso está permeado por uma educação conservadora, conformista e alienante que não busca desenvolver projetos sócio-culturais que envolvem a escola, a família e a comunidade. Dessa forma, alegam o sucesso escolar de alguns alunos que conseguem aprender com facilidade, pois esses têm o apoio da família “tida como estruturada”. E se uma criança em situação de vulnerabilidade social aprende, esta é considerada “bem dotada”.

[...] nem todas as crianças sofrem uma desvantagem por causa de sua origem; deveríamos, portanto, olhar esses fatos mais atentamente. Mas quando confrontados com esse fato, os docentes recorrem à noção de dom: os alunos de famílias populares fracassam na escola por causa de deficiências devidas a sua família, mas algumas escapam a isso por serem bem dotadas. (CHARLOT, 1997, p. 28)

Os docentes usam a noção de “dom” para explicar o sucesso escolar que algumas crianças de classe popular têm, mas como conhecido, essas crianças aprendem como qualquer outra criança e apresentam sucesso. Cada criança possui um tempo certo de aprendizagem, um momento para que ela aconteça. Assim, o aprender encontra-se relacionado com os meios e espaços convenientes à aprendizagem. Ela pode acontecer no espaço escolar, familiar e na comunidade em que vive. Sempre com o auxílio de outras pessoas.

Aprender é exercer uma atividade em situação: em um local, em um momento da sua história e em condições de tempo diversas, com a ajuda de outras pessoas que ajudam a aprender. A relação com o saber é relação com o mundo, em um sentido geral, mas é, também, relação com esses mundos particulares (meios, espaços...) nos quais a criança vive e aprende. (CHARLOT, 1997, p. 67)

A função principal da escola é ensinar, transmitir conhecimento, formar para o trabalho e a cidadania. É um espaço de socialização e integração onde a criança tem contado com o outro e suas culturas, ambiente propício para o processo ensino

aprendizagem. Entretanto, a família é também um espaço socializador, integrador e educador dos valores morais e éticos. Nesse espaço desenvolve a afetividade, o caráter e a personalidade da criança.

Nesse sentido, essas duas instituições são educadoras, formadoras e fundamentais para a preparação da criança para a vida adulta. Por exercer funções similares, compete a elas serem parceiras na aprendizagem das crianças. Independente dos problemas sociais existentes na escola e na família. Embora somente a partir do século XX que a família de classes populares teve importância na aprendizagem, pois passou a acompanhar os filhos no processo escolar.

Talvez os historiadores retenham, na história da escola no século XX, um único acontecimento marcante: a irrupção dos pais como parceiros da educação escolar. [...] é certo que os notáveis controlam a escola desde sua fundação e jamais se privam, através dos parlamentos, das municipalidades, das comissões escolares e de outras formas menos confessáveis de influência, de criar, e depois conservar, uma escola de acordo com seus desejos. (PERRENOUD, 2000, p. 109)

Através da fala de Perrenoud, nota-se a questão social, divisão entre pobres e ricos na escola. Observa-se que as famílias ricas não abrem mão de impor seus valores e exercer um poder de controle sobre a instituição escolar. Em contrapartida, as famílias, independente da classe social ou cultura, em sua maioria se preocupam com a educação escolar de seus filhos e procuraram estar envolvidos com escola. Assim, a escola tem que criar condições que possibilitam o acesso e interação de todas as famílias no processo ensino aprendizagem das crianças. Portanto, os professores têm o compromisso de manterem os pais informados de todos os acontecimentos escolares da criança e os pais de participar.

O fato de o dever de *informar e de envolver os pais* agora fazer parte das atribuições dos professores e requerer competências correspondentes não deveria fazer com que se esquecesse que o direito à informação e à consulta não apaga a obrigação escolar, o que, de certo modo, é uma maneira moderna de torná-la tolerável, aceitável para pais igualmente escolarizados que recusam que seu filho seja instruído ou educado sem serem consultados (PERRENOUD, 2000, p.112, grifo do autor)

Outra questão é que as políticas educacionais e sociais devem atender com satisfação a escola e a família para que elas possam cumprir bem sua função

educadora. A não aprendizagem das crianças não é culpa só da escola ou só da família. Isso implica uma série de fatores. Pois a escola, os docentes e a família sofrem com problemas de recursos financeiros, e isso complica e desfavorece uma educação de qualidade.

[...] os docentes e as escolas também sofrem também faltas, sob a forma de penúria de recursos financeiros, materiais e humanos. Por isso é que os sindicatos de professores podem afirmar, com um novo deslocamento da noção de falta, que a penúria de meios impede a escola de compensar as deficiências das crianças: os docentes são vítimas, assim como as famílias populares e seus filhos; e toda a luta para melhorar suas condições de trabalho é também uma luta pela escola do povo. (CHARLOT, 2000, p. 29)

Mesmo a escola e a família sendo vítima de um sistema educacional voltado para atender o sistema capitalista, a luta de todos em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade tem que persistir. Assim, do ponto de vista da lei o respeito à cultura e proteção básica da criança estão seguros. O que não significa que foram resolvidos os problemas da estrutura escolar, formação e qualificação dos professores e gestores que promovem a boa aprendizagem e um ensino de qualidade. Além disso, não significa também que o benefício recebido pelas famílias através dos programas sociais do governo possibilitou ascensão social e permanência de todas as crianças na escola. Entretanto, estes vêm carregados por uma série de fatores que vão além da forma de se alimentar, falar e de se vestir. Trata-se da questão da vulnerabilidade, que arremete crianças e famílias a situações de fragilidade e impossibilidade de enfrentar os problemas e assim proporcionar uma melhor condição de vida para seus filhos.

CAPÍTULO II

UM BREVE DEBATE ENTRE FAMÍLIA, ESCOLA E PROGRAMAS SOCIAIS

Esse capítulo procura discutir os programas sociais como instrumento promovedor das famílias em situação de vulnerabilidade e a permanência de suas crianças na escola. Nesse sentido, para uma melhor compreensão, é interessante analisar a importância que a instituição família tem perante as leis que regem as políticas sociais do governo.

A Constituição Federal de 1988 comenta a importância da família como meio de socialização do indivíduo, por isso fala no art. 226 que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. (BRASIL, 2002 p. 130). Entretanto, no art. 227 acrescenta a sociedade e o Estado como protetores da criança e adolescente, afirmando que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2002, p. 131)

Além da Constituição outras leis reconhecem e reforçam a importância da família como espaço de socialização e exercício da cidadania. Entre elas, duas são pertinentes ao que se trata nesse estudo. A primeira é a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS Lei Nº 8.742/93 que fala da proteção à família e o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA Lei Nº 8.069/90 que reza o dever da família na socialização e educação de suas crianças.

Todavia, a Constituição Federal de 1988 assegura direitos e deveres do Estado, família e sociedade com a educação e exercício da cidadania. Assim, o art. 205 afirma que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2002, p. 123)

Na forma da lei é claro os direitos do cidadão. No art. 206 reza os princípios de como o ensino deve ser ministrado. A questão da igualdade de acesso, permanência na escola, ensino público gratuito de qualidade e valorização dos profissionais que atuam no ensino, são pautados na lei. E tudo o que é discorrido na Carta Cidadã foi completado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB/96. Esta no art. 1º comenta que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2010, p. 07)

E o art. 2º completa:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2010, p. 08)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art.53 “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [...]” “Essas leis reconhecem a importância da família na vida social da criança e sua formação cidadã. Sendo a família o foco da atenção das políticas públicas de assistência social, ela, independente de seus modelos, é mediadora das relações entre os indivíduos e a vida comunitária. Portanto, a família é fundamental no âmbito da proteção social.

Segundo Pereira-Pereira (2010, p. 26):

Desde a crise econômica mundial dos fins dos anos 1970, a família vem sendo redescoberta como um importante agente privado de proteção social. Em vista disso, quase todas as agendas governamentais prevêem, de uma forma ou de outra, medidas de apoio familiar, particularmente as dirigidas às crianças, como: aconselhamento e auxílios, incluindo novas modalidades de ajuda material aos pais e ampliação de visitas domiciliares por agentes oficiais; programas de redução da pobreza infantil; políticas de valorização da vida doméstica, tentando conciliar o trabalho remunerado dos pais com atividades do lar; tentativas de redução

dos riscos de desagregação familiar, por meio de campanhas de publicidade e de conscientização, que abarcam desde orientações pré-nupciais até o combate à violência doméstica, à vadiagem, à gravidez na adolescência, à drogadição e aos abusos sexuais.

A família é uma instância básica que promove a identidade social e desenvolve os valores éticos/morais que contribui com a formação do caráter do indivíduo. Por isso a Resolução n. 145/2004 que constitui a Política Nacional de Assistência Social – PNAS comenta que a família é uma instituição central, no âmbito das ações da política de assistência social. E a família não foi só descoberta do governo.

De par com sua redescoberta política, a família também se tornou importante objeto de interesse acadêmico-científico, especialmente pelo ângulo da sua relação com o Estado em ação, isto é, com o Estado promotor de políticas públicas. É por esse prisma que se observa, nos últimos anos, uma crescente valorização da entidade familiar como tema de pesquisas subsidiadoras de políticas voltadas para essa entidade. (PEREIRA-PEREIRA, 2010, p. 27)

Isso conclui que a família é um eixo agregador de valores e esteio da sociedade, mesmo com suas contradições, a família constitui o centro de nossas vidas. Todavia, esses escritos reforçam a Constituição Federal/88 e legitimam os programas sociais como apoio e auxílio às famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua inclusão social, acesso e permanência de suas crianças na escola.

Nesse sentido, Sposati (2012, p. 23) afirma: “Cabe à assistência social, como mecanismo econômico e político, cuidar daqueles que aparentemente “não existem para o capital”: o trabalhador parado, o que não possui vínculo formal, o desempregado, o indigente, os deserdados”. Assim, a política de assistência social, entendendo essa questão como reorganização do capital e pressão que penaliza e desprotege as famílias, deixando-as em situação vulnerável, o qual promove mais exclusão do que a inclusão das pessoas no sistema produtivo da sociedade, em atenção aos direitos sociais assegurados na Constituição Federal, firma a matricialidade sócio-familiar como centro de proteção e cuidados. Contudo, a PNAS/2004 fala que:

[...] faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações políticas de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. Essa correta percepção é condizente com a tradução da família na condição de sujeitos de direitos, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica de Assistência Social e o Estatuto do Idoso. (BRASÍLIA, 2005, p. 41)

A política de assistência as famílias em situação de vulnerabilidade social é marcada pela implementação do programa de transferência de renda Bolsa Família. Todavia, no Brasil não teve uma política básica voltada para o atendimento de famílias na condição de vulnerabilidade, o que existiu foram medidas pontuais e emergenciais.

No decorrer dos anos, o sistema capitalista se reorganizou e ficou mais exigente na contratação de seus funcionários. Por causa disso, a pauperização das camadas “tidas” como inferiores teve um crescimento exorbitante, ficando uma considerada parte da população brasileira em situação de pobreza. E para propiciar assistência social e tirar essas famílias da condição de vulnerabilidade, proporcionando educação e saúde gratuita de qualidade, a partir da década de 80 inicia grupos de debate sobre os problemas sociais, econômicos e culturais do Brasil, e dentre as questões discutidas, o acesso da criança pobre na escola de qualidade é a principal delas.

Já defendia então a idéia de que o principal vetor do desenvolvimento não era a economia, mas sim a educação de qualidade para todos os brasileiros. O primeiro desafio a enfrentar era, portanto, colocar na escola dezenas de milhões de crianças nem sequer matriculadas, que não estudavam porque tinham que trabalhar. A causa maior era a pobreza das famílias. As famílias pobres precisavam da renda do trabalho dos filhos. Além disso, após séculos de sociedade de apartação, os pobres tinham o sentimento de que a educação era um privilégio dos ricos. Ao buscar medidas concretas para colocar as crianças na escola, fiz ao grupo a pergunta: “se as crianças não estudam porque as famílias são pobres, por que não pagamos as famílias, para que as crianças estudem?”. (BUARQUE, 2012, p. 10)

Nesse grupo nasceu à idéia do programa bolsa-escola, que depois de várias discussões sobre transferência de renda, foi colocada em prática na cidade de Campinas-SP em 1994 e depois no Distrito Federal. Embora muitos tenham visto os programas de transferência de renda como eleitoreiros e assistencialismo, é

interessante ressaltar que Silva (2010) fala que na Europa nos anos de 1930 e depois nos Estados Unidos, os governos desenvolvem programas de transferência de renda.

Na América Latina, muitos programas foram também desenvolvidos. O Brasil, em comparação com esses países e com desigualdade gritante na área social, inicia o debate sobre transferência de renda só a partir da década de 80, mas esse debate só toma impulso a partir dos anos 90. Portanto, Só em 20 de outubro de 2003 é criado o Bolsa Família através da Medida Provisória n. 132 e é legitimado pela Lei Nº 10.836/2004. Assim compõe a Política Nacional de Assistência Social.

O Bolsa Família, enquanto maior programa brasileiro de transferência de renda, foi considerado no contexto da Política de Assistência Social por considerarem-se estes programas como mecanismos centrais para intervenção da Política de Assistência Social, situando-se no contexto da proteção básica; por esses programas independerem de contribuição prévia e por direcionarem-se para a população alvo da Política de Assistência Social, tendo nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) a porta de entrada e o espaço de acolhimento e de atendimento das famílias beneficiárias. (SILVA, 2010, p. 23)

A instituição desse benefício contribui com o acesso da criança a escola, pois umas das condicionalidades desse programa é justamente a educação escolar da criança. Além disso, possibilita a emancipação da família enquanto sujeitos de direitos e promove seu exercício de cidadania. Contudo, a família não é atendida nos termos assistencialista, e sim na perspectiva dos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

A exigência de manter crianças na escola parece ser socialmente significativa e expressa a originalidade dessa Política. Esse movimento articula o enfrentamento da pobreza com a melhoria de condições educacionais das futuras gerações, podendo fazer da transferência de renda uma política pró-família, pró-criança e pró-educação. Ademais, essa vinculação dos Programas de Transferência de Renda com a educação vem se ampliando de modo que se propõe a articular o compensatório ao estruturante, como: articulação da transferência monetária com ações no campo da saúde, do trabalho e do acesso aos serviços sociais básicos, mediante encaminhamentos de membros da família aos serviços demandados por estes. (GIOVANNI; SILVA; YAZBEK, 2012, p. 205)

Neste aspecto a família é responsável por mandar seus filhos à escola para receber conhecimento, educação formal, desenvolver socialmente e para exercer sua cidadania. Para essas famílias, o benefício recebido é de grande ajuda no sustento da casa, e muitas famílias têm visto esse programa como elevação de sua renda e possibilidade de mudança de vida. Além de receber o benefício, a família participa de outros programas que as ajudam a ter renda própria, como abertura de um negócio e formação para o trabalho em outras áreas. “Para as classes subalternizadas, as políticas sociais constituem um espaço que possibilita o acesso a benefícios e serviços que de outra forma lhes são negados. Espaço este de lutas, confronto e expansão de direitos”. (SPOSATI et al., 2010, p. 30)

A expansão de direitos perpassa também pela escola. Ter direito a uma escola com ótima estrutura e ensino de qualidade é necessário para o bem-estar das famílias que entregam seus filhos para serem educados. Cury (2005, p.20) comenta que “o acesso à educação é também um meio de abertura que dá ao indivíduo uma chave de autoconstrução, de reconhecimento em relação à capacidade de ter opções conscientes e críticas e de estima de si”. Entretanto, a maioria das escolas públicas encontra com problemas que vão desde a estrutura da escola à remuneração dos professores. Dessa forma, a escola empenha no máximo que pode para cumprir com sua função de transmissão do conhecimento.

E muitas vezes não é fácil para a escola lidar com as crianças vindas das famílias em situação de vulnerabilidade social. Além da questão da pobreza, as crianças vêm de uma vivência complexa que envolve, em alguns casos, problemas com alcoolismo, drogas, violência doméstica e até mesmo abuso sexual. Uma vez que muitas dessas crianças não vivem com os pais, mas com avós, tios ou outras pessoas. Esse ambiente traz complicações, na maioria das vezes, nos estudos da criança. E, em boa parte, a escola não sabe ou não se encontra preparada para lidar com o problema. Além disso, faltam profissionais como a psicóloga e assistente social para ajudar na formação da criança.

[...] a escola não está apartada dos seus contextos sociais e que fatores extraescolares atravessam e ajudam a definir os resultados da educação escolar. Diversas pesquisas têm demonstrado que há escolas e redes de ensino que conseguem mesmo dos alunos oriundos de contextos sociais vulneráveis – promovendo o que consideramos equidade. (CARVALHO; LACERDA, 2010, p. 20)

Isso demonstra que mesmo que a escola encontrar essa realidade, ela deve driblar as adversidades e focar na aprendizagem da criança, como mediadora do conhecimento e desenvolvimento para o exercício da cidadania. Para tanto, a equidade se faz necessária para manter o que é pautado nos princípios da lei e o que é realizado na prática, tendo em vista a qualidade por excelência do ensino aprendizagem das nossas crianças e sua permanência na escola.

CAPITULO III

A RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SÃO LUIZ DO NORTE-GO

O terceiro capítulo procura discutir e analisar os dados coletados na pesquisa de campo realizada nas escolas de ensino fundamental no município de São Luiz do Norte-GO. O objetivo da pesquisa é analisar a relação família e escola como promovedoras do sucesso escolar das crianças em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, procurou observar e analisar a relação escola e família dentro do referencial teórico que norteia esse trabalho.

Para a construção desse estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa com aplicação de questionários que envolveram a participação dos professores, coordenadores e supervisora do setor de inclusão. Entretanto, serão omitidos os nomes dos referentes participantes da pesquisa, que por uma questão de ética não serão identificados. Foram aplicados 16 questionários. Sendo 12 na escola A e 4 na escola B. Destes foram devolvidos 9 questionários. Na escola A foi devolvido 6 e na escola B 3.

Como já foi discutida no primeiro capítulo a Família e a escola como duas importantes instituições para o desenvolvimento e socialização da criança. Uma vez que elas compõem a estrutura social e desempenham sua função educadora. Nesse sentido, são parceiras na transmissão de conhecimentos e habilidades que possibilitam a formação integral da criança.

Quando os parceiros compreendem que o diálogo não dura, a não ser que cada um entenda o ponto de vista do outro e não exagere em suas expectativas, descobrem que a colaboração é não somente possível, mas fecunda, o que desenvolve a confiança mútua. (PERRENOUD, 200, p. 113)

Como visto a parceria entre os professores e os pais, na medida em que desenvolvem o diálogo contínuo, são proveitosos. Uma vez que atuam como colaboradores da aprendizagem da criança. Entretanto, mesmo nas crises e evoluções, tanto a família como a escola, são baluartes de uma educação profícua e de qualidade.

A escola como espaço democrático e de cidadania, possibilita o acesso de todas as crianças que, independente de classe social, religião e etnia, a um ensino público, gratuito e de qualidade. Nesse caso, boa parte do atendimento das escolas públicas de ensino fundamental, são as crianças oriundas de famílias que estão em situação de vulnerabilidade social e muitas vezes necessitam de um acompanhamento e assistência de programas sociais para sua sobrevivência e permanência na escola. Assim, a escola tem um papel importante na socialização dessas crianças.

Ao potencializar o atendimento de famílias vulneráveis a partir da intersetorialidade busca-se, ainda, fortalecer o papel da escola. Sabemos que a escola é o espaço onde aparecem muitos fatores de vulnerabilidade trazidos pelos alunos, o que constitui a escola como um local de escuta e conhecimento das experiências de vida dos mesmos. (AHLERT, 2010, p. 5)

A escola como espaço democrático acolhe essas crianças objetivando sua aprendizagem e a formação cidadã. Todavia, o Estado, através das políticas sociais e educacionais desenvolve os programas sociais como uma maneira de garantir a sobrevivência da família e a permanência das crianças na escola. O Bolsa Família é um programa de transferência de renda do governo federal que beneficia a família e as crianças. Para ter acesso ao benefício, a família tem que ter a criança matriculada na escola e cumprir as condicionalidades do programa. Sendo assim, a criança deve ser bem cuidada e principalmente não faltar às aulas.

As condicionalidades, de certa forma, é um controle social do Estado que por meio da escola, exerce seu poder sobre as famílias, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Prado comenta que é:

Através da escola, do controle sobre os meios de comunicação, de médicos e psicólogos, o poder dominante de cada sociedade mais ou menos sutilmente impõe normas educacionais, sendo difícil aos familiares contrariá-las. De uma maneira geral, no entanto, cabe ainda aos pais grande parcela de poder de decisão sobre seus filhos menores. Parcela essa cada vez mais contestada. A esse poder equivalem, por parte dos filhos, direitos legais em relação a seus pais, em particular no sistema capitalista. Direitos à assistência, educação, manutenção e participação em seus bens e proventos. (PRADO, 1985, p. 10)

E para que esse controle social seja exercido, o sistema educacional elege um profissional da área da educação para cuidar das ações e programas voltados

para o atendimento das crianças em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, na pesquisa realizada, foi entrevistada a supervisora do setor de inclusão, que por uma questão de ética, será omitido o nome. Na entrevista a supervisora justificou que por está no cargo há pouco tempo, talvez não pudesse responder todas as perguntas que fossem feitas.

Foi perguntado para a supervisora, quantas crianças da rede municipal de São Luiz do Norte recebem o benefício do Bolsa Família, segundo ela são 542 crianças. Ao ser questionada sobre a faixa etária que concentra mais alunos, ela disse que não havia como saber. Da mesma forma, quando foi perguntada qual série do ensino fundamental que se concentra maior número de crianças beneficiadas com o Bolsa Família, ela disse desconhecer. Justificou dizendo que esse dado só poderia ser oferecido, se fizesse uma contagem de sala por sala, o que não é feito, para não constranger as crianças beneficiárias do programa. Quando questionada se as famílias cumprem as condicionalidades propostas para a permanência no programa ela disse que a maioria sim, e as famílias que não cumprem os requisitos possuem motivos particulares.

Quando perguntada se conhece algum projeto que a escola desenvolve para conscientizar as famílias sobre os seus direitos e deveres sobre os programas sociais de transferência de renda, falou que a conscientização é feita através de reuniões com os pais, programa mais educação, PETI e a assistente social se solicitada. Também disse que o programa Bolsa Família contribui para a melhoria da situação econômica da família e ajuda na permanência das crianças na escola. Quando perguntada se as crianças que recebem algum benefício apresentam melhores condições de aprendizagem, disse que sim, pois através do programa a criança tem alimento na mesa. E bem alimentada, aprende mais. Disse também, que não existe diferença entre o aprendizado das crianças que recebem o benefício das crianças que não o recebem. E que as crianças que tem o acompanhamento da família na vida escolar, têm melhor aprendizado.

É oportuno ressaltar que quando essa aproximação não acontece através da família, à escola pode dar o ponto de partida visando também o aprendizado da criança como dito no relatório da UNESCO e do Ministério de Educação citado por Castro e Regattieri apud Ahlert. A escola ao se aproximar da família proporciona um melhor aprendizado as crianças.

A UNESCO e o ministério da educação, publicaram, no ano de 2009, um relatório composto de um conjunto de subsídios tratando da interação entre escola e família. Quando se pensa sobre esta interação, um dos questionamentos possíveis trata da função da escola quando ela se remete ao contexto no qual se localiza. Versando sobre esta preocupação, o relatório acima citado destaca que “aproximar-se da vida de cada um dos alunos é uma forma de conhecer, reconhecer e utilizar as lições de realidade a favor da aprendizagem”. (CASTRO; REGATTIERI apud AHLERT, 2010, p. 6)

Sobre isso, a pesquisa estendeu-se aos professores e gestores. Foi perguntado se uma boa relação entre a família e a escola contribui para a aprendizagem da criança, 100 % dos entrevistados responderam que sim. E quando foram perguntados se a escola desenvolve algum tipo de projeto para envolver a família das crianças, principalmente as que estão em situação de vulnerabilidade o resultado foi o seguinte; 89% disseram que sim, que a escola desenvolve projetos para envolverem estas famílias, mas quando questionados quais, as respostas variaram, tais como: palestras, noite do pijama, projeto de valores humanos, oficinas do AEE, dia das mães e dia dos pais. O restante, 11% disseram que raramente. O que evidencia que não existe um projeto específico voltado para a participação da família na escola.

E ao tratar das famílias na escola, de conhecerem as famílias das crianças, foi perguntado se a escola sabe como vivem as famílias das crianças, 89% disseram que sim e 11% raramente. Ao serem questionados se a escola convida as famílias a estarem presentes na escola foi obtido o seguinte resultado; 89% disseram que sim e 11% com freqüência. Através das respostas percebe-se que a escola convida os pais a estarem presentes, ao serem perguntados de que maneira as respostas são bastante diversificadas como; reuniões, datas comemorativas, elaboração do Projeto político pedagógico (PPP) e convidando para todos os eventos escolares.

Em contrapartida quando perguntados se as famílias procuram estarem presentes na escola, 33% disseram que sim, 22% com freqüência e 45% raramente. O fato mostra que as famílias são convidadas como dito pela escola, mas a metade 45% dos entrevistados disse que as famílias raramente procuram estarem presentes na escola e o restante de 33% e 22% quando perguntados de como as famílias procuram estar presente foi dito que é nas reuniões e festividades, ressaltando que também foi dito pelos que responderam sim que “algumas comparecem”. Mais uma vez vem à tona a falta de um projeto da escola voltado especificamente para a

presença da família, não que a ausência da família na escola se justifique no fato da escola não ter um projeto específica para estas famílias.

Os pais podem estar presentes na vida escolar da criança de varias maneiras, uma delas é procurando os professores para saber como é o comportamento da criança na escola. Quando perguntados sobre se a família procura os professores para saber do comportamento da criança foram obtidos os seguintes resultados; 33% que sim, 11% com frequência e 56% raramente. Os dados mostram que a maioria das famílias não procura os professores para saberem como estão seus filhos na escola, sendo este um direito dos pais.

No decorrer dos remanejamentos das leis escolares, as coisas são ditas de modo menos brutal, os textos dão aos pais mais *direitos*: direito de entrar na escola, de serem informados, consultados; direito de participar da administração das instituições. (PERRENOUD, 2000, p. 110, grifo do autor)

Como visto os pais têm direito de serem informados e de participarem da administração escolar. Mas apesar disso o dado acima se confronta com o dado a seguir, pois, quando procurados se os professores procuram as famílias para falar sobre o comportamento e aprendizagem das crianças, 67% disseram que sim, 22% com frequência e 11% raramente. O que mostra que os professores tem procurado mais os pais do que os pais os professores. Aparentemente um descaso da família com a vida escolar da criança.

Foi perguntado aos professores se eles conhecem a realidade social que as crianças vivem. E 89% disseram que sim e 11% raramente. O professor conhecer a realidade social da criança é importante para que seja respeitada sua cultura e evite qualquer tipo de preconceito e humilhação, pois muitas dessas crianças são oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Nesse sentido, a escola ao reconhecer as condições de vulnerabilidade que afetam seus alunos e encaminhá-los e as suas famílias aos serviços públicos que podem apoiá-los- desenvolve melhores chances de realizar sua função específica de promover sucesso escolar. (CARVALHO; LACERDA, 2010, p. 20)

O fato de a escola conhecer a realidade social da criança ajuda não só a criança, mas a família da criança, levando em consideração que se a família estiver bem assistida e livre dos problemas da vulnerabilidade, o desenvolvimento da

criança é melhor na escola. Sobre isso, os entrevistados ao serem perguntados se o impacto da vulnerabilidade se reflete na escola, 89% responderam que sim e 11% com frequência. Isto é visto que os acontecimentos fora da escola chegam até ela e tem sua importância. Os fatores que ocorrem com a criança na sua vida, na comunidade e na família exercem um importante significado na escola. E se a família não oferece o aporte suficiente para o desenvolvimento da criança isso irá se refletir na escola. E essas famílias precisam de um atendimento diferenciado da escola, pois elas se encontram mais vulneráveis a situações problemáticas como violência doméstica, drogas, e até mesmo, abuso sexual.

Quando questionados se escola oferece uma atenção especial para as famílias em situação de vulnerabilidade o resultado foi o seguinte; 67% disseram que sim, 11% com frequência e 22% raramente. Foi perguntado se algumas crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social apresentam dificuldade com a aprendizagem. Segundo os entrevistados, 89% disseram que as crianças apresentam dificuldades em aprendizagem, por isso recebem uma atenção especial e 11% disseram que raramente. É importante observar que as crianças que recebem algum tipo de intervenção da escola aumentam suas chances de aprendizagem.

Neste caminho, identificou-se que determinados processos de gestão educacional, de administração escolar e de intervenção pedagógica aumentavam as chances de sucesso escolar mesmo dos alunos em situação de vulnerabilidade (CARVALHO; LACERDA, 2010, p. 20)

Pode-se observar também que se trata de uma intervenção da parte de toda escola e não apenas dos professores. E essas crianças necessitam dessa intervenção, pois, segundo os entrevistados 89% responderam que as crianças em situação de vulnerabilidade apresentam algum tipo de dificuldade com a aprendizagem e apresentam problemas como a indisciplina e 11% disseram que raramente. Os professores ocupam um espaço importante no processo de atividades que aumentam as chances de aprendizagem das crianças. Os entrevistados responderam que desenvolvem atividades de maneira que favoreça as crianças em situação de vulnerabilidade social. De modo que os resultados obtidos foram; 78% disseram que sim e 22% com frequência. Outro fator abordado pela pesquisa é o dos programas sociais, mais especificamente o programa Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda direcionado à família.

Os estudos da vulnerabilidade que estão na base do desenho das políticas sócias mais recentes de redução da pobreza, como os programas de transferência de renda para grupos sociais considerados em situação de extrema pobreza, a exemplo do Bolsa Família no Brasil, costumam enfatizar o grupo familiar e não apenas o indivíduo como unidade de análise e foco de intervenção (CARVALHO; LACERDA, 2010, p. 18)

Portanto, a criança tem direito a viver com sua família, a proteção básica e frequentar a escola. Nesse sentido, o programa Bolsa Família possibilita vínculos que contribuem com a aprendizagem da criança. Ao serem perguntados se o programa Bolsa Família contribui para permanência na escola e favorece a situação econômica das famílias, 89% responderam que sim e 11% com freqüência. Este dado mostra que o programa Bolsa Família contribui para a permanência na escola, até mesmo pelo fato de que a permanência da criança na escola é um dos critérios exigidos pelo programa. Mas de acordo com a pesquisa esta questão não contribui para a aprendizagem de todas as crianças. Quando foram perguntados sobre as crianças que recebem algum tipo de benefício apresentam melhores condições de aprendizagem, 56% disseram que não e 44% raramente. Da mesma forma foi perguntados se as crianças que recebem algum tipo de benefício aprendem mais em relação as da mesma condição social que não recebem, os resultados foram o seguinte; 89% disseram que não e 11% raramente.

O que se pode percebe é que apesar do programa contribuir para a permanência da criança na escola, ao mesmo tempo ele não contribui 100% para a aprendizagem dessas crianças. Outro fator, é que o envolvimento da família com a vida escolar da criança, contribui e muito para sua aprendizagem. Assim, quando questionados sobre o aprendizado das crianças é melhor quando a família esta envolvida, as respostas foram unânimes, 100% dos entrevistados disseram que sim.

Mediante a pesquisa realizada pôde-se perceber que existe uma carência de projetos na escola que tenha como foco principal a participação da família na escola. Apesar de a escola afirmar que oferece um atendimento especial as famílias e que desenvolvem projetos para aproximar as famílias na escola, não foi o que foi percebido nas respostas dos questionários. Os professores também afirmam ser de grande importância à participação da família na escola e asseveram que apesar da família não os procurarem, eles procuram as famílias para falarem sobre as crianças e nota-se que eles esperam o mesmo em troca, como dito por Perrenoud.

Resta que, nessa questão, os professores julgam ser os *profissionais*. Por essa razão, cabe a eles fazer o grosso do trabalho de desenvolvimento e de manutenção do diálogo. Alguns vivem essa assimetria como injusta e esperam que os pais se esforcem tanto quanto eles. (PERRENOUD, 2000, p. 113, grifo do autor)

Os professores esperam que os pais os procurem para falar das crianças e que demonstrem o mesmo interesse que eles. Entretanto, pouco são os pais que tem interesse e preocupação com a vida escolar dos filhos. Mas, a escola na medida do possível tenta envolver os pais na escola.

Outra questão é que o programa Bolsa Família tem contribuído para a permanência das crianças na escola, de forma que não foi considerado que as crianças beneficiárias aprendem mais em relação às outras. Mas foi considerado importante o programa na vida das crianças. Portanto ficou claro que ambos os entrevistados consideram importante à presença da família para um melhor aprendizado das crianças e que é desenvolvido atividades para incluir as crianças que apresentam dificuldade de aprendizagem devida sua situação de vulnerabilidade.

Contudo, verifica-se que a relação família e escola são basilares para a socialização, educação e cidadania da criança. A parceria, o diálogo e o compromisso de ambas cumprirem bem sua função social, requer vencer os obstáculos e assegurar as crianças os direitos sociais que lhe são atribuídos na Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou a compreensão da família e da escola como duas importantes instituições, que desempenham papéis diferentes, porém integrados e com objetivo comum, que é o desenvolvimento do ser social da criança. Isto é, sua educação moral, ético e formação cidadã. Sujeito de direitos e deveres que irá exercer um papel de transformação na sociedade. Portanto a família é base para que a criança cresça num ambiente saudável que a proteja e lhe dê afeto, para que nesse ambiente ela construa sua aprendizagem.

A escola é uma importante instituição que ajuda no processo formador da criança, pois nela irá ocorrer a socialização da criança e a aquisição de conhecimento. Entretanto, essa escola educa segundo o padrão fundado nos valores da classe dominante. Assim sendo a criança pobre ao chegar na escola, pode se sentir fora desse ambiente, pois os saberes que ela trás de casa de nada servem para a escola, sua cultura é desprezada e ela se sente incapaz.

Muitas famílias pobres que não possuem a configuração da família tradicional são caracterizadas como famílias irregulares, mas como se sabe este é um termo preconceituoso. Observa-se que estas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade social. Por tanto precisam de um apoio das políticas sociais, que têm seu foco voltado para as famílias brasileiras e não apenas para um individuo. Estando as políticas sociais voltadas para a família e conseqüentemente à criança, que tem um importante papel neste contexto, pois é através da família que a criança desde o seu nascimento irá receber cuidados para sua sobrevivência além de afeto e absorção de valores culturais. Sendo que o programa de transferência de renda Bolsa Família visa à permanência das crianças na escola.

Verifica-se que também ao concluir esse trabalho que as crianças de famílias em situação de vulnerabilidade social aprendem como as outras crianças que não vivem na mesma condição de vida. Visto que a escola rotula estes alunos como incapazes de aprender devido à situação que vivem suas famílias. Os professores também se escondem atrás deste paradigma para culpar as crianças e esconderem suas falhas durante o processo ensino aprendizagem. Mas existe o fato que algumas crianças em situação de vulnerabilidade apresentam dificuldades na aprendizagem, necessitando assim de uma intervenção, de uma política social que alcance essas crianças, pois as políticas sociais existem, o fato é que não chegam

até essas crianças e famílias que tanto precisam de um apoio para que possam garantir a educação é o bem estar de seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

AHLERT, Martina. Vulnerabilidade Social e Educação: Proposta da série. In: **Vulnerabilidade Social e Educação**, Salto para o Futuro, ano XX Boletim 19. Novembro de 2010.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. **Dicionário Crítico de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.

BRASIL. **Constituição da república federativa do brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 16/08/2013 às 21h45min.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília: 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei N. 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 22/09/2013 às 17h00min.

_____. **Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em 25/09/2013 às 16h00min.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social**. LEI Nº 8.742, DE 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 25/09/2013 às 14h30min.

_____. **Medida Provisória**. Nº 132, de 20 de Outubro 2003. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/acessoainformacao/legislacao/bolsafamilia/medidasprovisorias/2003/Medida%20Provisoria%20no%20132.pdf>>. Acesso em 25/09/2013 às 15h00min.

_____. **Política Nacional de Assistência Social/ PNAS 2004**. Brasília, Novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>> Acesso em 27/09/2013 às 13h00min.

_____. **Resolução nº 145, de 15 de Outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Disponível em : < <http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/mds/resolucoes/2004/Resolucao%20no%20145->

%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf/view>. Acesso em 28/09/2013 às 14h00min.

BUARQUE, Cristovam. **Bolsa Família: História Teoria e Utopia**. Brasília: Thesaurus, 2012.

CARVALHO, Cynthia Paes de; LACERDA, Patrícia Monteiro. Intersectorialidade e Vulnerabilidade: Vulnerabilidade, Intersectorialidade e Educação. In: **Vulnerabilidade Social e Educação**, Salto para o Futuro, ano XX Boletim 19. Novembro de 2010.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A Priorização da Família na Agenda da Política Social. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9. ed. Brasília: Cortez, 2010.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy; OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **A Vida na Escola e a Escola na Vida**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação Com o Saber: Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Fora De Série Na Escola**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. Introdução: A importância da família. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9. ed. Brasília: Cortez, 2010.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social?. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: (Leituras de introdução à sociologia)**. 21. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora, 1994.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação: Introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

NEDER, Gizlene. Ajustando o Foco das Lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9. ed. Brasília: Cortez, 2010.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinario; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. (orgs). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar: Convite à Viagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PRADO, Danda. **O que é Família**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e. Avaliando o Bolsa Família: o contexto, a proposta metodológica da pesquisa e o conteúdo do livro. In: SILVA, Maria Ozanira (coord.); LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA; Maria Ozanira da Silva e; YAZBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira; et al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras**: 11. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SPOSATI, Aldaíza; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; FLEURY, Sônia Maria Teixeira. **Os Direitos (Dos Desassistidos) Sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

TELES, Maria Luiza Silveira. **Curso Básico de Sociologia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

VICENTE, Cenise Monte. O Direito à Convivência Familiar e Comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. (org). **Família Brasileira: a base de tudo**. 9. ed. Brasília: Cortez, 2010.

ANEXOS:**QUESTIONÁRIO PARA SUPERVISORA**

1. Quantas crianças da rede pública municipal recebem o bolsa família? _____

2. Qual a faixa etária que é em maior número atendido pelo programa bolsa família?

- 6 a 8 anos 8 a 10 anos 10 a 12 anos 12 a 14 anos
 14 a 16 anos

3. Em qual série do ensino fundamental concentra o maior número de crianças que recebem o bolsa família:

- 1ª Série 2ª Série 3ª Série 4ª Série 5ª Série

4. As famílias cumprem as condicionalidades propostas no programa bolsa família?

- Sim Não Com Freqüência Raramente

Se a resposta for NÃO E RARAMENTE. Perguntar as causas que levam as famílias a não cumprirem as condicionalidades.

5. Você conhece algum projeto que a escola oferece para conscientizar as famílias dos seus direitos e deveres em relação ao programa bolsa família?

- Sim Não Com Freqüência Raramente

Se a resposta for sim. Qual o projeto?

6. Você acha que o bolsa família contribui com a permanência das crianças na escola e favorece a situação econômica das famílias?

Sim Não Com Frequência Raramente

7. As crianças que recebem algum tipo de benefício apresentam melhores condições de aprendizagem e disciplina?

Sim Não Com Frequência Raramente

8. Essas crianças aprendem mais em relação às crianças da mesma condição que não recebem algum tipo de benefício?

Sim Não Com Frequência Raramente

9. O aprendizado das crianças é melhor quando a família esta envolvida na sua vida escolar?

Sim Não Com Frequência Raramente

QUESTIONÁRIO PARA OS GESTORES E PROFESSORES

1- Uma boa relação entre escola e família reflete em uma boa aprendizagem das crianças?

Sim Não Com freqüência Raramente

2- A escola oferece algum tipo de projeto para envolver as famílias na escola, principalmente as famílias que tem crianças com dificuldade de aprendizagem?

Sim Não Com freqüência Raramente

Quais: _____

3- A escola sabe como vivem as famílias das crianças que estudam na escola?

Sim Não Com freqüência Raramente

4- A escola convida as famílias a estarem presentes na escola?

Sim Não Com freqüência Raramente

De que maneira: _____

5- As famílias procuram estarem presentes na escola?

Sim Não Com freqüência Raramente

Como: _____

6- As famílias procuram os professores para saber como é o comportamento de suas crianças na escola?

Sim Não Com freqüência Raramente

7- Os professores procuram os pais para falar da aprendizagem e da disciplina (ou indisciplina) das crianças na escola?

Sim Não Com freqüência Raramente

8- Os professores conhecem a realidade social em as crianças vivem?

Sim Não Com freqüência Raramente

9- Os impactos da vulnerabilidade social da família se refletem na escola?

Sim Não Com Freqüência Raramente

10-As famílias das crianças provenientes de situação de vulnerabilidade social recebem algum tipo de atenção especial?

Sim Não Com freqüência Raramente

11-As crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social com dificuldade de aprendizagem e indisciplina recebem algum tipo de atenção especial?

Sim Não Com freqüência Raramente

12-As crianças provenientes de famílias em situação de vulnerabilidade social apresentam mais dificuldade em aprendizagem e indisciplina em relação as outras crianças?

Sim Não Com Freqüência Raramente

13-Os professores procuram desenvolver atividades de aprendizagem de maneira que favoreça as crianças em situação de vulnerabilidade social que não conseguem aprender?

Sim Não Com Freqüência Raramente

14-O bolsa família contribui com a permanência das crianças na escola e favorece a situação econômica das famílias?

Sim Não Com Freqüência Raramente

15-As crianças que recebem algum tipo de beneficio apresentam melhores condições de aprendizagem e disciplina?

Sim Não Com Freqüência Raramente

16-Essas crianças aprendem mais em relação às crianças da mesma condição que não recebem algum tipo de beneficio?

Sim Não Com Freqüência Raramente

17-O aprendizado das crianças é melhor quando a família esta envolvida na sua vida escolar?

Sim Não Com Freqüência Raramente